

Anderson de Jesus Sousa

Professor efetivo das séries iniciais (4º e 5º ano) do município de Parauapebas/PA;
Graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará – UEPA;
Pós-graduado em Docência e Gestão no Ensino Superior – PUC-MG;
e em Educação Especial pela Faculdade DOM ALBERTO

Maria Conceição Nascimento Rodrigues

Professora efetiva das séries iniciais (4º e 5º ano) do município de Parauapebas-PA;
Normal superior em séries iniciais pela Faculdade de Educação e Linguagem - FAEL;
Graduada em Letras pela Universidade Federal do Pará - UFPA;
Pós-graduada em Educação Especial e Inclusiva pela FAADEMA.

Tatiane Barreto dos Santos

Professora efetiva das séries iniciais (3º ano) do município de Parauapebas-PA;
Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC;
Pós-graduada em Educação Especial e Inclusiva pela FAADEMA.

RESUMO

A atividade lúdica é essencial para a criança pois favorece o seu desenvolvimento em várias habilidades e funções no plano cognitivo, social, emocional e, também motora. No Transtorno do Espectro Autista (TEA) é comum que encontre alguma alteração no jogo, especialmente, a nível simbólico, o faz de conta. A intervenção desta dificuldade vai influenciar diretamente na área social e comunicativa. Sendo a atividade lúdica uma ferramenta eficaz de aprendizagem e parte importante no desenvolvimento de todo indivíduo, é importante abordá-la de forma ampla e adaptada às características e necessidades concretas de cada criança. Dessa maneira, este artigo tem como objetivo mostrar como as atividades lúdicas promovem os processos de inclusão escolar de uma criança com Transtorno do Espectro Autista em sala de aula, a partir de uma abordagem metodológica qualitativa. Foi possível verificar que os processos inclusivos ainda precisam se efetivar na prática e que os professores ainda se sentem despreparados para receber os alunos com deficiências. Também, observou-se a importância e a necessidade dos jogos e brincadeiras para favorecer a inclusão, pois sabe-se a importância no processo de desenvolvimento da criança. Alguns dos principais resultados deste trabalho é a necessidade de conscientização das pessoas em termos de colaborar para que preconceitos sejam deixados de lado e haja igualdade de direitos, para que todos possam desfrutar dos serviços e bens que a sociedade oferece. Políticas públicas que necessitam ser efetivadas para um melhor atendimento a esse público.

Palavras-chave: transtorno do espectro autista; inclusão; atividade lúdica.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma breve reflexão sobre a ludicidade no processo de aprendizagem da criança na escola dando um enfoque especial aos alunos com Transtorno do Espectro Autista-TEA. O desejo de realizarmos este estudo iniciou devido ao número de crianças com TEA na rede pública de ensino, visando uma educação de qualidade que colabore para aprendizagem desse sujeito de forma significativa, levando em consideração que as crianças têm habilidades para criar e recriar seu mundo através das diferentes experiências vividas por elas, desenvolvendo se a partir de um contexto social e histórico.

O educador tem papel fundamental na caminhada do aluno, investigar e observar o modo como elas aprendem, como se relacionam no meio social, onde vivem essa conduta deve ser uma constante do professor, é imprescindível conhecer os educandos, suas reais condições de vida, como se relacionam com seus familiares qual a importância que a família atribui a escola e a partir do estudo e conhecimento do contexto de vida do educando, traçar meios e metodologias para o desenvolvimento do ensino aprendizagem bem como da formação do indivíduo para viverem em sociedade, visando trazer para perto a participação da família no ambiente escolar.

Quando há uma investigação e investimento do educador nas necessidades específicas e individuais de cada aluno, o resultado do processo será satisfatório e eficiente, podendo realizar de fato e na pratica uma educação inclusiva, respeitando todas as pessoas e suas limitações, assim possibilitando que os indivíduos aprendam em interação e de forma heterogêneas, inclusive aqueles que apresentam qualquer deficiência ou dificuldade de aprendizagem.

A inclusão de alunos com TEA vai além do acesso a unidade escolar, discorre sobre o máximo de aprendizagem e desenvolvimento a partir do potencial de cada criança. O presente estudo visa apresentar a importância de que se tracem planos em salas de aulas que oportunizem a troca de saberes e vivencias que na interação entre os diferentes tipos de educandos segundo isso Vygotsky (1998, p. 118) diz: “o aprendizado desperta vários processos internos de desenvolvimento, que são capazes de operar somente quando a criança interage com pessoas em seu ambiente e quando em cooperação com seus companheiros”.

Nesse contexto, levaremos em consideração a necessidade de respeitar a faixa etária e o que desperta interesse de cada integrante no processo de desenvolvimento escolar, sendo assim dando um destaque especial ao lúdico como instrumento de ensino, em especial as crianças com TEA, elevando progressivamente os mesmos para níveis maiores de independência, autonomia e aprendizado.

O lúdico possibilita maior qualidade no trabalho em sala de aula levando o ensino e o desenvolvimento com significado ao educando, pois a brincadeira e o jogo atraem o interesse do educando, facilitando o trabalho

do professor além de ser um instrumento de fácil manuseio de crianças inclusas, possibilitando que se ultrapasse o mundo real, transformando-o em imaginário e vice-versa, além de permitir a expressão de desejos, exposição das emoções e reforço dos laços afetivos criando um ambiente acolhedor para crianças com TEA que geralmente apresentam dificuldade de interação social.

Para as crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), ainda faltam suporte pedagógico e investimentos voltados para prática da ludicidade em sala de aula, tornando a brincadeira uma parceira da educação. Este artigo discorre sobre a utilização de jogos e brincadeiras para favorecimento da comunicação e o desenvolvimento social, visando a promoção dos processos de inclusão escolar de uma criança com Transtorno do Espectro Autista ao ambiente escolar e a sala de aula.

TEA: Contextualização

A inclusão social das pessoas com algum tipo de deficiência é um assunto bem atual, que aos poucos foi sendo inserido na sociedade e, conseqüentemente conquistando legislações a seu favor. Veremos primeiramente, de que forma é conceituado o Transtorno do Espectro Autismo - TEA.

O termo autismo vem do grego AUTÓS, que significa “próprio” ou “de si mesmo” e ISMOS, indicativo de “ação ou estado”, esse termo foi utilizado por conta do comportamento ou das ações isoladas sociais que as crianças autistas podem apresentar. O primeiro a utilizar esse termo foi EUGEN BLEULER, 1908, era um psiquiatra suíço que observou que um dos seus pacientes com esquizofrenia apresentava comportamentos peculiares. A partir disso, as pesquisas em relação às pessoas com distúrbios psicológicos começaram a avançar. Em 1911 as crianças que tinham autismo eram colocadas em hospitais para pessoas com problemas mentais, e informado a família esquecer daquelas pessoas, que eram condenadas a ficar afastadas do convívio social.

Leo Kanner, EUA, em 1943, passou a investigar 11 casos que faziam parte do seu acompanhamento terapêutico. Eram crianças nas idades entre 02 a 08 anos de idade. Kanner foi o primeiro médico a falar sobre os sintomas de crianças que pareciam viver no mundo delas, que não interagiam com os outros. Esse autor nessa época, falou sobre o conceito de “mães geladeiras” que quer dizer que as mães não davam amor suficiente aos filhos, com isso as crianças apresentavam tais comportamentos. Com o tempo e novas pesquisas, o termo “mãe geladeira” foi caindo em desuso, onde o próprio autor veio ao público se desculpar.

O psiquiatra austríaco Hans Asperger, não conhecendo a publicação de Kanner, lança também um estudo de quatro crianças em condições psiquiátricas parecidas. Mas Asperger, destacou uma condição de “psicopatia autística”, sugerindo um transtorno estável de personalidade e isolamento pessoal.

Segundo Teixeira (2019 p. 79):

O desenvolvimento da criança parece normal a princípio, pois ela demonstra inteligência e não há atraso significativo na aquisição da linguagem; contudo, no decorrer dos anos seu discurso torna-se monótono e peculiar. Esse padrão diferente da fala pode dar a impressão de que a criança se comunica de maneira muito formal, sem utilizar gírias ou vícios de linguagem, preferindo palavras consideradas difíceis e rebuscadas (TEIXEIRA, 2019, p.79).

Outros psiquiatras também estudaram e publicaram diversos conceitos e definições que foram desenvolvidos e aprimorados. Até que em 1980, o AUTISMO foi incluído no DSM, que na época já estava na sua terceira edição. O DSM é uma sigla em inglês que significa MANUAL DE DIAGNÓSTICO ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS, para auxiliar os profissionais de saúde a realizarem o diagnóstico. Após esse fato, uma pesquisadora e psiquiatra inglesa Lorna Wing desenvolveu a SÍNDROME DE ASPERGER, referenciando a pesquisa realizada por Hans Asperger em 1944.

Durante a história, o conceito de autismo passou por diversas mudanças, até que, além disso, os termos utilizados passaram por diversas alterações e atualmente o termo TEA – Transtorno do Espectro Autista, o termo espectro é utilizado porque o transtorno envolve alterações e características muito diferentes entre os indivíduos acometidos pelo transtorno, que podem apresentar alterações mais leves ou mais severas, porém sempre relacionados a comportamentos, dificuldade de comunicação e relacionamento social. O TEA apresenta alguns sinais nas áreas: socioafetivas, comportamentais e cognitivo-motoras e podem apresentar alterações mais leves ou mais severas, mas algumas características são os aspectos sociais como auto isolamento, pouco ou inexistente contato visual, dificuldades de expressar necessidades. Em relação aos aspectos efetivos emocionais, as pessoas com TEA podem manifestar comportamentos auto agressivos, indiferença à afeição ou contato físico, adesão a rotina. E em relação as alterações cognitivas sensoriais, apresentam alterações exaltadas frente à estímulos visuais, sonoros ou táteis, falta de atenção entre outros. No que diz respeito aos aspectos motores, podem apresentar manifestações de estereotípias, manipulação inadequada de objetos, postura corporal inadequada, equilíbrio mal estabelecido, falta de coordenação motora, organização espacial e temporal deficitário. Lembrando que esses aspectos ocorrem desde a fase do bebê à fase adulta.

“Há pessoas com TEA que gostam de conversar e interagir. Porém, fazem isso de maneira inadequada, têm mais dificuldades e apresentam muitas falhas nas sutilezas que regem uma relação social.” (GAIATO, 2018). Entender e respeitar a criança e suas limitações é um dos passos importantes, vale destacar também que se deve criar uma conscientização nas pessoas acerca do que significa a inclusão, para que hábitos, posturas, certos valores, atitudes de solidariedade e respeito possam fazer parte da sua

rotina, principalmente, para que as pessoas com deficiência possam viver de forma decente em sociedade.

A preocupação com o direito à educação na contemporaneidade remonta à Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. O artigo 26 da citada Declaração afirma que “toda pessoa tem direito à educação, que esta deve ser gratuita, ao menos no que concerne à básica e fundamental, e obrigatória.”

Dessa forma, pode-se afirmar que a inclusão das pessoas com deficiência em ambientes sociais, depende de vários fatores que possam estar auxiliando a atender as necessidades das variadas formas de deficiência. Favero (2004), diz que “(...) normalizar uma pessoa não significa torná-las normal. Significa dar a ela o direito de ser diferente e ter suas necessidades reconhecidas e atendidas pela sociedade”.

As políticas públicas existem e de certa forma estão atuantes em nosso país, no que se refere às pessoas que possuem alguma deficiência. No Capítulo 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB e no Inciso III, afirma que, é assegurado o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013). Nesse sentido, a LDB também nos mostra ainda, o conceito de deficiência, no Capítulo 5 e no Art. 58, que fala: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Os dois excertos acima que tratam da LDB, no que se refere à educação inclusiva, mostram que a lei existe, e nesta é assegurada aos deficientes que se matriculem nas escolas. Na prática isso significa uma evolução importante, pois o Brasil é ainda um país que não é comprometido com as políticas de desenvolvimento, não tem uma preocupação efetiva em inserir e garantir os direitos para os educandos com deficiência. Dessa maneira, é a escola que deve oferecer uma boa estrutura para receber os alunos, devendo adaptar-se as condições deste aluno e não o contrário, de modo, e o mais importante que ofereça uma formação continuada e comprometida com o desenvolvimento dos educandos.

Em relação à escola, o processo de inclusão passou por variadas mudanças, uma vez que, trouxe também questionamentos. O processo de incluir crianças com deficiência dentro das escolas regulares trouxe algumas perguntas, pois havia uma visão enraizada a respeito das pessoas com deficiência. Para incluir um aluno com deficiência na sala de aula, faz-se necessário fazer vários questionamentos, pois, este espaço deve oferecer aos alunos métodos de avaliação adequados, processos de aceitação dos alunos no espaço escolar, conceitos e avaliação definidos sobre as deficiências, normalidade/ anormalidade.

A educação inclusiva veio com a intenção de melhorar o ensino nas escolas, sendo que para que haja realmente uma mudança e essa intervenção, é necessário que as escolas atendam as diferenças sem discriminação, estabelecendo regras de planejamento e avaliação de aprendizagem a esses alunos com deficiência.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), popularmente conhecido como autismo, se caracteriza por um quadro clínico em que prevalecem prejuízos na interação social, nos comportamentos não verbais (como contato visual, postura e expressão facial) e na comunicação (verbal e não verbal), podendo existir atraso ou mesmo ausência da linguagem. As pessoas com TEA são diferentes entre si.

A Lei Brasileira de Inclusão determina em seu artigo 27 que:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação (BRASIL, 2015).

Pode-se observar que o objetivo do sistema educacional inclusivo é não só garantia de acesso, mas também a permanência, participação e aprendizagem por meio da oferta de serviços que visem eliminar barreiras.

LUDICIDADE: CONCEITUAÇÃO

O brincar faz parte do cotidiano da criança desde os seus primeiros meses de vida, devido essa importância no contexto histórico da criança o uso de jogos e brincadeiras é uma ferramenta fundamental em sala de aula, funciona como um facilitador do ensino aprendizagem bem como do desenvolvimento social e motor do indivíduo que auxilia as crianças a explorarem o universo que as cercam, viabilizando e facilitando a construção de novos conhecimentos e principalmente motivando a criar prazer em frequentar a escola e participar do processo escolar.

O lúdico basicamente é a prática do jogo e o uso de brinquedos e brincadeiras na educação, já os jogos são atividades a serem realizadas em grupo ou individuais, geralmente tem metas a serem alcançadas ao final da brincadeira e a existência de regras a serem respeitadas, o brinquedo é um objeto de interesse da criança e a brincadeira é o uso do brinquedo ou a ação de um grupo em busca de entretenimento e diversão.

Para Piaget (1980) o jogo não é apenas uma forma de desafogo ou entretenimento para gastar energias das crianças, mas sim meios que contribuem e enriquecem o desenvolvimento intelectual. Através dos jogos a

criança desenvolve o sensório motor e o simbolismo, transforma o real em necessidades múltiplas do eu, assimila a realidade.

A brincadeira faz parte do cotidiano da criança e é importante para o seu desenvolvimento saudável, tornando o aprender um momento prazeroso e envolvente, sendo utilizado como forma de conhecer o mundo, ampliar os horizontes, enriquecendo o processo de educação tornando o ambiente cheio de oportunidades de aprendizado.

Se faz necessário que o espaço escolar, não só possibilite, mas que seja um ambiente rico e estimulante de aprendizagens, que nela haja a presença do lúdico, e que o educador tenha o papel e a função de mediador entre o aluno e o conhecimento, contribuindo para que a criança desenvolva sua imaginação, confiança em sua capacidade, autonomia, aprenda a conviver com as diferenças existentes entre os colegas, sendo fundamental para formação da sua personalidade e consolidando conhecimentos necessários a sua vida .

O lúdico faz parte da vida humana, sendo uma fonte de desenvolvimento de habilidades no ser humano e com isto, Santin (2001, p.23) diz:

Parece que o homem da ciência e da técnica perdeu a felicidade e a alegria de viver, perdeu a capacidade de brincar, perdeu a fertilidade da fantasia, da imaginação guiada pelo impulso lúdico. O brinquedo acabou sendo reduzido a um fenômeno marginal na paisagem da existência adulta, porque é modelada e determinada por fenômenos mais sérios. Tudo o que ele faz precisa ter resultados. O que interessa é o objetivo estranho do mesmo.

Em tempos passado, a escola tradicional limitava a educação ao quadro e as cadeiras em sala de aula, relacionando a escola a um lugar de conhecimento científico, lógico e cansativo deixando de lado as necessidades e os comportamentos inerentes as crianças, tornando a vivência escolar algo cansativo e desinteressante, com o passar dos anos e estudos referentes ao processo de ensino-aprendizagem levou se em conta as necessidades dos educandos e ficou difícil desvincular a necessidade do lúdico nas escolas e em todo processo educacional da criança.

Só para situar o lúdico no tempo, temos segundo KISHIMOTO (1999:15) que a tradicionalidade e universalidade dos jogos assenta-se no fato de que povos distintos e antigos como os da Grécia e Oriente brincaram de amarelinha, de empinar pipas, jogar pedrinhas e até hoje as crianças o fazem quase da mesma forma. Esses jogos foram transmitidos de geração em geração através de conhecimentos empíricos e permanecem na memória infantil.

A partir de quando começou a ser levado em consideração a criança como ser social, levou se também em consideração as suas necessidades percebendo se que a criança aprende enquanto brinca assim como analisa o mundo, amplia os repertórios de conhecimento, reconstrói e amplia suas experiências de mundo, tudo através da brincadeira, saindo da forma

mecânica do processo de aprendizagem, trazendo significado e prazer para o momento de adquirir o conhecimento e para o aprendizado dos conteúdos a serem lecionados .

As crianças utilizam a brincadeira como forma de exercitar a sua imaginação, participam ativamente fazendo escolhas e estabelecendo relações em um mundo que ainda conhecem bem pouco. As brincadeiras possibilitam que a criança se organize, construa, destrua e reflita em seu universo.

Ao educador, o brincar possibilita observar e conhecer melhor como a criança percebe e constrói o seu mundo, deixam visíveis o que estão sentindo naquele momento exteriorizando o que teriam dificuldade para contar através da linguagem oral.

Quando é observado a relação do brincar e da brincadeira, é importante considerar que a sociedade está encaminhando as crianças ao amadurecimento precoce, dando a eles acesso as muitas tecnologias, músicas e entretenimentos do mundo adulto e a infância perde espaço para a avalanche de informações e a cada vez é levada a inserção no mundo adulto participando de seus dilemas e conflitos, perdendo a liberdade e espaço para brincarem seguindo o seu desenvolvimento natural, a escola tem então a responsabilidade de resgatar e trazer para os alunos o habito de brincar e aprender através da brincadeira.

Para Piaget as brincadeiras e jogos infantis não exercem um papel de simples diversão, pois possibilitam a aprendizagem possibilitando a criança a desenvolverem diversas habilidades, além do enriquecimento intelectual.

Os jogos são brincadeiras mais elaboradas que proporcionam a possibilidade de trabalhar limites e regras, além do respeito e da interação social.

Jogo é uma atividade ou ocupação voluntária, exercida dentro de certos e determinados limites de tempo e espaço, segundo regras livremente consentidas, mas absolutamente obrigatórias, dotado de um fim em si mesmo, acompanhado de um sentimento de tensão e alegria e de uma consciência de ser diferente da vida cotidiana (HUIZINGA, 2007, p. 33).

Ainda é importante citar que os jogos precisam ser selecionados com um propósito definido para o exercício e trabalho determinado, ou seja, para trabalhar as necessidades e tirar proveito educativo.

É importante a escolha de um jogo e dos meios adequados para oferecê-lo à criança, particularmente quando visamos retirar dele o maior proveito educativo. Advém disso a necessidade de transferir à escola as mesmas motivações que a criança encontra para jogar fora desse espaço. (PIMENTEL, 2004, p. 57).

A escolha do brinquedo fornece uma poderosa influência sobre o comportamento da criança, e da formação do adulto, a seleção do brinquedo possibilita a formação do caráter do indivíduo, pois o brinquedo da significado

a brincadeira e através dele forma-se o caráter comportamental da criança, um jogo de lutas por exemplo pode influenciar a criança a agir como o jogo, ou seja, de forma agressiva e violenta, em contra-partida se a criança tiver contato com brinquedos de jardinagem, ela irá brincar manusear a terra, plantar e conhecer a semente, esperar o crescimento da semente, adquirindo assim a noção de tempo, paciência e respeito ao meio ambiente, sendo mais adequado ao objetivo escolar de formar um bom caráter e uma boa conduta.

É notório que os diferentes tipos de brincadeiras e jogos possibilitam diversas formas de aprendizagem principalmente quando vinculados aos conteúdos trabalhados, portanto, cabe ao professor selecionar as brincadeiras que mais se relacionam com a idade, comportamento e características dos seus alunos.

O USO DO LÚDICO E O ALUNO COM TEA

Uma das grandes dificuldades de crianças autistas é interagir com o outro, quando essa interação é atendida, percebe-se que nem sempre o resultado é satisfatório. Mas é válido entender que as brincadeiras são as principais oportunidades que as crianças têm de aprendizagem do dia a dia. Por meio delas, desenvolve-se a interação e aspectos cognitivos da fala, linguagem, coordenação motora, exploram suas criatividade. Quando brinca do “faz de conta”, a criança desenvolve sua criatividade. Porém, quando se trata de crianças autistas e pensando em brincadeiras, percebe-se a diferença do comum. Um exemplo é quando entrega alguns carrinhos para uma criança autista, ela “não brinca de carrinho”, ela vai enfileirar, vai repetir a mesma brincadeira várias vezes ou simplesmente vai olhar para um pneu de um carrinho, pior geralmente essa criança tem uma atenção especial para alguma parte do brinquedo. Dá uma impressão de que ela não gosta da brincadeira.

Um outro fator importante é em relação à simbolização, como essa criança faz uso da sua imaginação, ela consegue “fazer de conta”? Se é entregue uma caixa de papelão a uma criança de cinco anos, ela vai imaginar que é uma casinha, ou um carro, etc. Uma criança com TEA vai ter essa dificuldade de fantasiar em cima dessa situação. Apesar disso, não se deve pensar que essa criança não quer ou não gosta de brincar, é importante sempre estar atento e incentivar essa criança e não desistir das brincadeiras, não pode deixar de estimular essa criança. O que se observa é que muitas vezes os pais ou até mesmo professores vai deixando de interagir, incentivar essa criança por interpretar que ela não quer.

É importante se aproximar bem da criança com TEA e saber do que ela gosta, usar os interesses dela, que a princípio não faz sentido, mas entender que para ela é muito importante. Ficar atento às brincadeiras dessas crianças e incentivá-las mais ainda do que incentivaria outra criança. Trazer essa criança para a situação, brincar com a criança sem instruções, tornar a situação prazerosa, natural. Não é fácil brincar com uma criança autista, mas não é impossível.

Crianças com autismo têm pouca curiosidade social e, por isso, não aprendem a relatar os acontecimentos de forma espontânea. Quando os pais perguntam como foi o dia na escola, por exemplo, elas simplesmente não respondem ou dizem sempre a mesma coisa: "Ah, foi muito legal." Os pais não conseguem saber pelos filhos o que fizeram, comeram ou com quem brincaram. As crianças com funcionamento autístico, dificilmente, contam eventos passados e, exatamente por isso, ensiná-las a narrar suas vivências é prioridade no tratamento, até para que possamos identificar situações constrangedoras e humilhantes no ambiente escolar, como o bullying (BARBOSA, 2012).

É importante entender que uma criança com autismo tem uma dificuldade em atenção dividida, que é a capacidade de nosso cérebro entender várias coisas ao mesmo tempo. Então como brincar com uma criança que não entende muita coisa? É só falar palavras soltas, por exemplo, ao invés de dizer "olha, você está cozinhando feijão!" dizer "feijão". Se a criança estiver brincando com blocos, chega e fala a cor do bloco, tentar fazer um pouco o que ela quer. Aproximar-se da criança, com poucas palavras e seguir as ideias delas. Mas nunca tirar uma coisa das mãos dela ou tentar obrigá-la a fazer o que quer.

O professor pode fazer muito por essas crianças autistas, mesmo não sendo especialista na área. O primeiro passo é o conhecimento. Com paciência e dedicação, pode primeiramente conquistar a atenção dessa criança. É importante saber os pontos fracos desse aluno e a partir daí criar estratégias de aprendizagem. Pode tirá-lo de um mundo com repertórios restritos e redirecioná-lo a um universo repleto de novidades e atrativos. Além disso, pode facilitar sua convivência em grupo de maneira harmônica e prazerosa. Mais do que ensinar, a escola possui o importante papel de ser o local dos primeiros grupos sociais dos pequenos. Lá eles encontrarão colegas que, por vezes, os acompanharão pela vida por muitos anos.

Dessa forma, a ludicidade consegue favorecer essa interação, no qual o aluno é um ser que descobre e constrói seus conhecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos enfatizar que por longos anos foram travadas batalhas para que houvesse uma atenção para o cuidado e a garantia de direitos básicos para o atendimento de pessoas com TEA.

A adequação da escola a esse tipo de educação, deve ser uma realidade, isso faz com que haja uma exigência cada vez maior na formação de professores, que devem se adequar cada vez mais as essas especificidades que o ensino e a educação exigem. É necessário dizer que a responsabilidade não deverá ficar somente a cargo do professor, o Estado deve dar subsídios para que aconteça o desenvolvimento deste tipo de educação na prática, oferecendo os recursos e investimentos adequados.

Reconhecemos que bons resultados na inclusão de autistas são percebidos, quando todos os profissionais, respondem as necessidades de aprendizagem destes alunos, com a implementação de ações e estratégias inclusivas em todos os espaços da escola. Essa função não pode ficar apenas a cargo do professor, mas deve ser incluída toda equipe escolar.

Assim, ao trazer o tema do Autismo, esperamos ter colaborado com os profissionais da educação que acreditam que é possível ensinar e aprender mesmo diante de tantos desafios que surgem na inclusão.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, S. L; BOTELHO, H. S. **Jogos e brincadeiras na educação infantil**. Centro Universitário de Lavras, Lavras, 2008.

BRASIL, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm; acesso em: 16 de agosto 2019.

COLL, César. **Piaget, o construtivismo e a educação escolar**. Porto Alegre: Artmed, 1980.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Normas para apresentação de monografia**. 3. ed. Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Biblioteca Karl A. Boedecker. São Paulo: FGV-EAESP, 2003. 95 p. (normasbib.pdf, 462kb). Disponível em: <www.fgvsp.br/biblioteca>. Acesso em: 23 set. 2019.

GAIATO, Mayra. **S.O.S. Autismo: guia completo para entender o Transtorno do Espectro Autista**. São Paulo: Versos, 2018.

OLIVEIRA, N. M.; ESPINDOLA, C. R. **Trabalhos acadêmicos: recomendações práticas**. São Paulo: CEETPS, 2003.

PÁDUA, E. M. M. de. **Metodologia científica: abordagem teórico-prática**. 10 ed. ver. atual. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

TEIXEIRA, Gustavo. **Manual do autismo**. 7ª ed. Rio de Janeiro, 2019.
PIMENTEL, Alessandra. **Jogo e desenvolvimento profissional: análise de uma proposta de formação continuada de professores**. Ed. São Paulo, 2004.

VYGOTSKY, L.S. **Teoria e método em psicologia**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.